

Rio defende agilidade no repasse das verbas

Se a Previdência Social não atrasasse tanto os repasses das verbas para o estado e município, o Sistema Unificado e Descentralizado de Saúde (SUDS) teria realmente contribuído de forma bastante eficaz para a melhoria dos serviços médico-hospitalar prestados à população do Rio. Na quinta-feira passada, o governador Moreira Franco e o prefeito Marcello Alencar, estiveram em Brasília reivindicando do ministro da Previdência, Jader Barbalho, o pagamento de NCz\$ 33,3 milhões devidos desde janeiro, por conta de um dos convênios SUDS.

O atraso da chegada do dinheiro paralisou obras em algumas importantes unidades hospitalares do estado. Como o Hospital Geral Alberto Schweiter, em Realengo, que dispõe de maior espaço físico, o Getúlio Vargas Filho (de atendimento pediátrico, em Niterói), o Hospital Psiquiátrico de Jurujuba e o São Sebastião, único da especialidade de infec-tologia, em todo o estado, que além de reparos necessita de novos equi-

pamentos. Para cobrir essas despesas, o estado apenas conta com NCz\$ 19.675.648,00 — dos NCz\$ 33,3 milhões do convênio. O restante pertence ao município.

Apesar dos problemas acarretados pelo atraso da chegada das verbas, a Secretaria Estadual de Saúde admite que, depois da implantação do SUDS, foi registrada uma melhora sensível nos serviços de saúde disponíveis à população. O controle do sangue, por exemplo, é feito com maior eficácia. Mas o estado reconhece que a distribuição da rede de saúde nas regiões é perversa. Há uma boa concentração de hospitais públicos na Zona Sul onde a maioria das pessoas ainda procura as clínicas particulares, enquanto que na Zona Norte e Baixada Fluminense as unidades médicas são insuficientes para atender à grande demanda.

Hoje o estado avalia que há uma carência de oito mil leitos e cerca de 1600 consultas, só na área metropolitana do Rio.